



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º SEMESTRE DE 2012
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO	11

1º SEMESTRE DE 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Conforme previsto no nº 3 do Artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários as informações financeiras semestrais constantes do presente Relatório não foram sujeitas a auditoria externa ou revisão limitada)

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Junho de 2012 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade cotada em Bolsa com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, detido em 50,99% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos S.A. e em 39,40% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., estando o restante capital disperso em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e consequente aumento de capital.

De salientar que das 3 empresas que compõem o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por praticamente 100% da atividade do Grupo.

A atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 02 de Maio de 2008 é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de Junho de 2012:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Sociais	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

No segundo trimestre de 2012 a economia portuguesa registou uma quebra de 1,2% face ao trimestre anterior, e -3,3% comparativamente com o trimestre homólogo de 2011.

Analisada a evolução deste indicador, constata-se que é o sexto trimestre consecutivo de contração homóloga do PIB, e a sétimo em cadeia, pese embora o decréscimo no 2º trimestre ter sido inferior à registada no anterior. Para a desaceleração da queda ocorrida neste trimestre face ao anterior, foi decisivo o bom desempenho das exportações de bens e serviços, efeito este, no entanto, prejudicado pelas exportações ?? cujo decréscimo foi inferior ao esperado.

Mantém-se assim um ambiente económico adverso com a redução do investimento público e a continuada diminuição do consumo privado consequência das políticas fiscais e restritivas impostas pelo Governo.

O prolongar da recessão económica está a contribuir para que os níveis de desemprego no país se situem em máximos históricos, com este indicador a atingir os 15% no final de Junho. De igual modo a taxa de inflação média neste primeiro semestre 2012 ultrapassa os 3%, mais um facto que se tem vindo a refletir no poder de compra e na confiança dos consumidores.

A generalidade das empresas regista quebras significativas na procura e, conseqüentemente, nos níveis de atividade o que levou a que a maioria tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são exceção a esta onda recessiva que tem levado à continuada redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas assim como à diminuição de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais. O investimento publicitário global continua em queda acentuada com especial destaque para a imprensa escrita. De referir que esta tendência de retração no investimento publicitário se iniciou em 2008.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores, e foi marcada pela redução significativa do número de cadernos impressos, efeito da retração do investimento publicitário; comparativamente a 2011 e em termos globais, apresenta uma variação negativa nas vendas de 23,9 % tendo-se situado nos 11,5 milhões de Euros neste semestre.

A análise por segmento confirma que esta é uma quebra generalizada nas vendas do semestre e em especial do segundo trimestre. No entanto, as maiores quebras registam-se nos segmentos Suplementos, Catálogos e Listas, consequência da alteração das políticas de marketing dos principais clientes que reduziram significativamente o volume de investimento nos meios em suporte de papel em detrimento do investimento em outros meios, nomeadamente, nas plataformas eletrónicas. Estes três segmentos são, aliás, os que maiores quebras apresentaram também ao longo do trimestre anterior.

Apesar do decréscimo de atividade ora mencionado, a empresa manteve ativos os principais equipamentos de impressão, tendo concluído o primeiro trimestre de 2012 com 6 máquinas de impressão em rotativa, 2 máquinas em impressão em plana e 16 máquinas de acabamento. A nível de processo produtivo a empresa reduziu o número de horas disponíveis pelo ajustamento dos horários de funcionamento das áreas de impressão e acabamento em face da entrada em vigor do regime de lay-off (*parcial*) no dia 01 de Março de 2012.

A decomposição de vendas no semestre por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2012	2011	Var. 11/12 Em €	Var. 11/12 Em %
Revistas	7.055	8.425	-1.370	-16,3%
Jornais/suplementos	2.149	3.074	-925	-30,1%
Catálogos e Folhetos	1.719	2.444	-725	-29,7%
Listas	298	481	-183	-38,0%
Outros	323	751	-428	-57,0%
TOTAL	11.544	15.175	-3.631	-23,9%

Durante o primeiro semestre de 2012 destacam-se, como principais acontecimentos nas empresas subsidiárias:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo destes anos a sua atividade limitou-se à gestão de participações sociais. No final do ano de 2011 ocorreu a venda da totalidade do capital da sua única subsidiária Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. à Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas S.A. Os resultados apurados são inexpressivos em consequência de esta empresa não ter registado qualquer atividade.

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objeto a atividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica, S.A. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão levou ao decréscimo gradual da atividade da Grafilis, S.A. que, em 2005, cessou a atividade operacional.

No final do exercício de 2011 ocorreu a venda desta sociedade por parte da Gestigráfica S.A. à empresa mãe Lisgráfica S.A, que passou assim a deter diretamente 100% do capital desta subsidiária.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 30/Junho - 2012/2011

DESCRIÇÃO	2012		2011		Var. 11/12	Var. 11/12
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	11.544	94%	15.175	96%	-3.631	-23,9%
Outros Rendimentos Operacionais	678	6%	647	4%	31	4,8%
TOTAL RENDIMENTOS OPERACION.	12.222		15.822		-3.600	-22,8%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	3.899	32%	5.789	37%	-1.890	-32,6%
Fornecimentos e S. Externos	3.288	27%	3.728	24%	-440	-11,8%
Gastos Com Pessoal	3.954	32%	4.908	31%	-954	-19,4%
Amortizações e Ajustamentos	2.333	19%	3.025	19%	-692	-22,9%
Perdas de Imparidade	0	0%	-33	0%	33	-100,0%
Outros Gastos Operacionais	301	2%	216	1%	85	39,4%
TOTAL GASTOS OPERACIONAIS	13.775		17.633		-3.858	-21,9%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-1.553		-1.811		258	14,2%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-12,7%		-11,4%		-1,3%	
EBITDA - €	780		1.181		-401	-34,0%
EBITDA - %	6,4%		7,5%		-1,1%	-14,5%

EBITDA = Result. Operacional + Amortizações + Perdas de Imparidade

Os Rendimentos consolidados no semestre situam-se nos 12,2 milhões de Euros, dos quais 94% provêm diretamente das vendas e 6% de serviços prestados e outros rendimentos, e, em termos globais, registam um decréscimo de 22,8% face a idêntico período do ano anterior. Esta variação deve-se acima de tudo ao desempenho verificado nas vendas do 2º trimestre em que estas foram 34% inferiores às do mesmo período de 2011.

Os efeitos da redução de atividade são visíveis na queda dos custos diretos e indiretos, com especial ênfase para os custos com matérias-primas. Analisando em detalhe a evolução dos gastos operacionais, que apresentam uma redução de 21,9%, é de salientar:

- na rubrica CMVC a redução de 32,6% resulta essencialmente da redução da atividade, com especial destaque para o consumo de Papel cuja variação foi de 44,2%. A redução do consumo de papel para além de refletir o efeito do decréscimo de atividade é também explicada pela redução dos trabalhos com incorporação de

papel por parte da empresa. Os restantes gastos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa e comportamento da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de 11,8% resulta da evolução conjugada das principais rúbricas de fornecimentos e serviços, as quais refletem a redução ocorrida na atividade da empresa, em especial na rúbricas Subcontratos com -33,5% e Serviços com - 32,2%.

- quanto aos Gastos com Pessoal o decréscimo registado de 19,4% é o resultado da redução do número de trabalhadores no âmbito da estratégia de racionalização de processos internos iniciada em anos anteriores e também das medidas de contenção de gastos desta natureza levadas a cabo ao longo deste ano, nomeadamente a inclusão de 29 trabalhadores em regime de *lay-off*. No final do ano anterior a empresa tinha 313 trabalhadores número que baixou para 291 em 30 de Junho de 2012;

- as Amortizações e Ajustamentos decompõem-se em 1.986 mil Euros de gastos com depreciações e amortizações de bens do ativo e 347 mil euros de amortizações do exercício relativas ao justo valor dos contratos com clientes decorrentes da afetação do goodwill apurado e registado em 2008; a principal razão para o decréscimo ocorrido resulta de em 2012 ter terminado a depreciação de alguns bens do ativo cuja vida útil para amortização foi atingida;

O Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) do semestre é positivo e de cerca de 780 mil de Euros, embora apresente uma redução face ao registado no período homólogo devido ao decréscimo de vendas já mencionado.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 2012/2011

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2012 30-Jun	2011 30-Jun	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Resultados Operacionais	-1.553	-1.811	258	14%
Resultados Financeiros	-1.226	-1.099	-127	-12%
Imposto S/ Rendimento	-25	-42	17	40%
Resultados Líquidos	-2.804	-2.952	148	5%

De realçar a evolução do Resultado Operacional que apresenta uma melhoria de cerca de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a conjuntura é de recessão e a generalidade das empresas está a deteriorar os seus resultados.

Os resultados financeiros situam-se a um nível inferior ao registado no ano anterior em consequência de em 2011 a empresa ter registado proveitos financeiros decorrente de débito de juros a participadas, situação que em 2012 não tem se aplica. Quanto aos custos financeiros estes estão ao nível do ano anterior e resultam do efeito conjugado da manutenção do nível de endividamento e queda do principal indexante -- *Euribor*- e se ter registado aumento significativo dos spreads em alguns tipos de operações, nomeadamente, factoring e desconto de papel comercial.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2012/2011

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2012 30-Jun	2011 31-Dez	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Activos não Correntes	28.515	30.901	-2.386	-8%
Activos Correntes	10.231	12.054	-1.823	-15%
Activos para Venda	0	2	-2	-100%
TOTAL ACTIVO	38.746	42.957	-4.211	-10%

Capital Próprio	-41.802	-38.998	-2.804	7%
Passivo não Corrente	13.576	13.682	-106	-1%
Passivo Corrente	66.972	68.273	-1.301	-2%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	38.746	42.957	-4.211	-10%

As variações ocorridas no Ativo Líquido verificam-se nos Ativos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido pelo efeito das amortizações, e ao facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção); no que se refere aos Ativos Correntes a diferença decorre da diminuição nos valores das contas a receber pelo efeito da redução de atividade;

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do semestre em 41.802 euros negativos para o que contribuiu essencialmente o Resultado Líquido Consolidado negativo apurado no ano anterior.

O Passivo Corrente regista um decréscimo de cerca de 1.301 mil euros pela redução do endividamento por via de operações de factoring e na rubrica fornecedores, em ambos os casos pelo efeito da redução na atividade.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas participadas, e integradas no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores à data de 30 de Junho:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12
Activo Total Liq.	4	11.700	-11.696
Passivo Total	5	1.428	-1.423
Capital Próprio	-2	10.272	-10.274
Capital Social	52	52	0
Resultado Líquido	-7	-8	1
Vendas Líquidas	0	0	0
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12
Activo Total Liq.	7	63	- 56
Passivo Total	1.461	1.489	- 28
Capital Próprio	- 1.454	- 1.426	- 28
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	- 7	- 8	1
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

DISPOSIÇÕES LEGAIS**Anexo ao Relatório de Gestão nos termos dos Artigos números 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais:**

Nos termos do nº 5 do art.º 447 de Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o exercício findo em 30 de Junho de 2012 quaisquer transações envolvendo ações da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos e para os efeitos do nº 4 do art.º 448 do Código das Sociedades Comerciais eram titulares da empresa, à data de encerramento do exercício:

- Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA	95.196.620
- Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	73.558.462

Informação nos termos da alínea B) do N.º1 do Artigo 20º do Código do dos Valores Mobiliários (Imputação dos direitos de voto):

Em 30 de Junho de 2012 a Rasográfica SA detinha 95 196 620 ações da Lisgráfica que representam 50,99% dos direitos de voto e a Gestprint SA detinha 73.558.260 ações que representam 39,40% dos direitos de voto.

Informação Complementar às Demonstrações Financeiras Anexas Reportadas a 30 de Junho de 2012 (valores em Euros):

Ações Próprias

- Quantidade	52.213 acções
- Valor Unitário	€ 0,05

- Valor Nominal € 2.610,65

Durante o exercício de 2012 não foram efetuadas operações sobre ações próprias

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 30 de Junho de 2012.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social da empresa.

Queluz de Baixo, 27 de Agosto de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
ANEXO ÀS CONTAS**

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	31 de Dezembro	Não auditado
		30 de Junho de 2012	de 2011	30 de Junho de 2011
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos intangíveis	13	4 058 302	4 596 287	5 407 193
Activos fixos tangíveis	14	16 579 206	18 363 936	20 381 727
Activos por impostos diferidos	12	503 654	595 738	760 134
Clientes e contas a receber	17	3 314 944	3 224 599	3 603 874
Outros activos não correntes	15	4 058 981	4 120 243	13 838 389
Activos disponíveis para venda		-	2 000	35 692
Total de activos não correntes		<u>28 515 087</u>	<u>30 902 803</u>	<u>44 027 009</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	16	483 753	741 283	901 224
Clientes e contas a receber	17	7 704 040	8 967 596	10 292 717
Outros activos correntes	18	1 436 759	1 823 391	1 898 637
Imposto sobre o rendimento	28	246 929	290 554	255 614
Caixa e seus equivalentes	19	359 067	231 089	250 290
Total de activos correntes		<u>10 230 548</u>	<u>12 053 913</u>	<u>13 598 482</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>38 745 635</u>	<u>42 956 716</u>	<u>57 625 491</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	20	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	20	15 803 648	15 803 648	15 803 648
Resultados transitados		(64 136 598)	(44 519 413)	(44 519 413)
Resultado consolidado líquido do exercício	31	(2 804 195)	(19 617 185)	(2 952 143)
Total do capital próprio		<u>(41 802 314)</u>	<u>(38 998 119)</u>	<u>(22 333 077)</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	1 700 480	862 392	30 923 908
Locações financeiras	22	4 866 152	5 434 618	1 228 510
Provisões		-	-	5 659
Outros passivos não correntes	23	4 228 152	4 373 163	2 231 770
Fornecedores e contas a pagar	24	2 263 448	2 402 099	3 221 001
Passivos por impostos diferidos	12	517 529	609 613	760 134
Total de passivos não correntes		<u>13 575 761</u>	<u>13 681 885</u>	<u>38 370 982</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	43 483 420	46 067 424	14 560 559
Locações financeiras	22	1 225 406	1 276 074	4 698 186
Fornecedores e contas a pagar	24	17 391 385	17 407 500	17 585 352
Outros passivos correntes	25	4 492 966	3 181 452	3 213 530
Imposto sobre o rendimento	26	379 011	340 500	1 529 959
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>38 745 635</u>	<u>42 956 716</u>	<u>57 625 491</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de Junho de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	Segundo trimestre de 2012	Segundo trimestre 2011
PROVEITOS OPERACIONAIS:					
Vendas	6	11 543 576	15 175 172	5 520 148	8 363 881
Outros proveitos operacionais	7	678 710	646 947	390 056	317 645
Total de proveitos operacionais		<u>12 222 286</u>	<u>15 822 119</u>	<u>5 910 204</u>	<u>8 681 526</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
Custo das mercadorias vendidas	8	(3 899 763)	(5 789 319)	(1 828 942)	(3 146 703)
Fornecimentos e serviços externos	9	(3 287 726)	(3 727 631)	(1 648 737)	(1 852 289)
Custos com o pessoal	10	(3 953 615)	(4 908 171)	(1 924 094)	(2 491 498)
Amortizações	13 e 14	(2 333 270)	(3 025 147)	(1 123 391)	(1 526 392)
Perdas por imparidade	24		32 618		32 618
Outros custos operacionais	29	(300 680)	(216 075)	(231 311)	(113 273)
Total de custos operacionais		<u>(13 775 054)</u>	<u>(17 633 725)</u>	<u>(6 756 475)</u>	<u>(9 097 537)</u>
Resultados operacionais		<u>(1 552 768)</u>	<u>(1 811 606)</u>	<u>(846 271)</u>	<u>(416 011)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(1 226 355)	(1 098 772)	(580 251)	(443 214)
Resultados antes de impostos		<u>(2 779 123)</u>	<u>(2 910 378)</u>	<u>(1 426 522)</u>	<u>(859 225)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	(25 072)	(41 765)	(12 516)	(41 765)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(2 804 195)</u>	<u>(2 952 143)</u>	<u>(1 439 038)</u>	<u>(900 990)</u>
Rendimento integral		<u>(2 804 195)</u>	<u>(2 952 143)</u>	<u>(1 439 038)</u>	<u>(900 990)</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>(2 804 195)</u>	<u>(2 952 143)</u>	<u>(1 439 038)</u>	<u>(900 990)</u>
Resultado por ação					
Básico	31	(0.0150)	(0.0158)	(0.0077)	(0.0048)
Diluído	31	(0.0150)	(0.0158)	(0.0077)	(0.0048)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de Junho de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Não auditado

	<u>Capital</u>	<u>Reservas de reavaliação</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(35 721 256)	(8 798 157)	(19 380 934)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	(8 798 157)	8 798 157	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	-	(19 617 185)	(19 617 185)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(44 519 413)</u>	<u>(19 617 185)</u>	<u>(38 998 119)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	(19 617 185)	19 617 185	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Junho de 2012	-	-	-	-	-	(2 804 195)	(2 804 195)
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(64 136 598)</u>	<u>(2 804 195)</u>	<u>(41 802 314)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de Junho de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

Nota	Não auditado			
	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	Segundo trimestre 2012	Segundo trimestre 2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	11 104 072	16 876 854	5 363 448	8 605 193
Pagamentos a fornecedores	(8 091 726)	(10 687 802)	(4 139 974)	(5 625 662)
Pagamentos ao pessoal	(2 038 469)	(3 779 683)	(977 232)	(1 953 230)
Fluxos gerados pelas operações	973 877	2 409 369	246 242	1 026 301
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(29 929)	(35 000)	-	1 000
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional	(112 867)	(1 032 368)	(110 085)	(431 379)
Fluxos das actividades operacionais (1)	831 081	1 342 001	136 157	595 922
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	-	38 730	-	38 730
Accionistas	-	-	-	-
Juros e proveitos similares	544	-	544	-
	544	38 730	544	38 730
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	(123 676)	-	(123 676)
Accionistas	-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)	544	(84 946)	544	(84 946)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	68 000	-	(147)	-
	68 000	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	(371 996)	(501 384)	(270 876)	(225 284)
Amortizações de contratos de locação financeira	(348 245)	(167 120)	(136 896)	97 287
Juros e custos similares	(647 801)	(631 346)	(192 268)	(433 922)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(1 368 042)	(1 299 850)	(600 040)	(561 919)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(468 417)	(42 795)	(463 339)	(50 943)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19 110 431	(96 960)	110 500	(91 340)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 (357 986)	(139 755)	(352 839)	(142 283)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de Junho de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas e listas telefónicas.

De recordar que a actividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de Maio de 2008, é o resultado da fusão com a sociedade Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter sempre em consideração este facto.

Os principais accionistas são a Rasográfica – Comercio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respectivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 27 de Agosto de 2012 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2011.

(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos activos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

Durante o exercício de 2011 entraram em vigor as seguintes normas em resultado da sua publicação pelo IFRIC e da sua adopção pela União Europeia:

- IAS 24 (alteração) – Partes relacionadas;
- IAS 32 (alteração) – Instrumentos financeiros: apresentação
- IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS;
- IFRIC 14 (alteração) – IAS 19 – Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos ea sua interacção com requisitos de contribuições mínimas;
- IFRIC 9 (nova) – Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital;
- Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente parra os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34, e IFRIC 13.

As alterações e as novas normas acima mencionadas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Novas normas, alterações e interpretações efectuadas e normas existentes que, apesar de já publicadas, não são de aplicação imediata e cuja aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior e que a Sociedade decidiu não adoptar antecipadamente:

- IAS 1 (alteração) – apresentação de demonstrações financeiras (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 12 (alteração) – Impostos sobre o rendimento (aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 19 (revisão 2011) – Benefícios aos empregados (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 27 (revisão 2011) – Demonstrações financeiras separadas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 28 (revisão 2011) – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 32 (alteração) – Compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 1 (alteração) – Adopção pela primeira vez das IFRS (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 7 (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 7 – (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;

(Montantes expressos em Euros)

- IFRS 9 (novo) – Instrumentos financeiros – classificação e mensuração (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 10 (novo) – Demonstrações financeiras consolidadas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 11 (novo) - Acordos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 12 (novo) – Divulgação de interesses em outras entidades (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 13 (novo) – Justo valor: mensuração e divulgação (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRIC 20 (nova) Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia.

De acordo com a análise efectuada pelo Grupo, não se estima que a aplicação das alterações e das normas acima referidas, que ainda não eram aplicáveis nos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011 tenham impactos significativos com a sua entrada em vigor.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os activos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transacções e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Activos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

(Montantes expressos em Euros)

(b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis correspondem a programas de computador (“Softwares”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, identificáveis no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da excepção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

(Montantes expressos em Euros)

2.6 Imparidade de activos

O Grupo efectua avaliações de imparidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Instrumentos financeiros

2.8.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

(Montantes expressos em Euros)

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”.

2.8.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.8.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no activo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.8.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se o justo valor não for facilmente determinável.

2.9 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

(Montantes expressos em Euros)

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.11 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas e outros) são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.12 Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expectável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os activos que sejam detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo, como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.13 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é superior ao seu valor estimado de recuperação.

(Montantes expressos em Euros)

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.15 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectaram as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
- Registos de ajustamentos para contas a receber;
- Direitos contratuais de clientes;
- Recuperação dos activos por impostos diferidos;
- Registo de provisões.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 30 de Junho de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

(Montantes expressos em Euros)

Denominação Social	Sede	Percentagem efectiva em	
		30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100	100
Geafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

6. VENDAS POR PRODUTO

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, as vendas detalham-se como segue:

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
Revistas	7.054.734	8.425.228	3.007.384	4.000.228
Jornais e suplementos	2.008.266	3.073.879	952.766	2.034.879
Catálogos e folhetos	1.719.250	2.443.826	1.053.100	1.429.826
Listas	297.750	483.757	196.750	340.757
Outros	463.576	748.482	310.148	558.191
	<u>11.543.576</u>	<u>15.175.172</u>	<u>5.520.148</u>	<u>8.363.881</u>

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2012 e 2011 as vendas realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

7. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
Aluguer de instalações (a)	309.413	301.165	154.706	150.074
Imputações de custos (b)	200.825	175.497	106.135	86.795
Ganhos em imobilizações corpóreas	17.200	-	16.000	-
Variação da produção	32.401	83.710	-	1.741
Actualização do justo valor (Impala)	90.345	-	90.345	-
Outros proveitos operacionais	28.526	86.575	22.870	79.035
	<u>678.710</u>	<u>646.947</u>	<u>390.056</u>	<u>317.645</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflecte os custos imputados e facturados a empresas que desenvolvem a sua actividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, esta rubrica foi determinada como segue:

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.837.205	5.702.813	1.818.832	3.102.693
Mercadorias vendidas	62.558	86.506	10.110	44.010
	<u>3.899.763</u>	<u>5.789.319</u>	<u>1.828.942</u>	<u>3.146.703</u>

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos trimestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, esta rubrica teve a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
Subcontratos	224.927	338.696	103.508	211.010
Trabalhos especializados	137.756	199.243	109.009	80.585
Conservação e reparação	183.403	325.585	85.478	142.209
Energia e fluídos	1.160.532	1.128.065	576.932	560.194
Deslocações, estadas e transportes	140.649	168.073	78.507	77.006
Rendas e alugueres (a)	1.161.182	1.187.409	564.828	579.928
Outros	279.277	380.560	130.475	201.357
	<u>3.287.726</u>	<u>3.727.631</u>	<u>1.648.737</u>	<u>1.852.289</u>

(a) Em 30 de Junho 2012 e 2011, esta rubrica inclui o montante de 301.776 e 335.664 Euros, respectivamente, decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 27).

Locações operacionais

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (“ESAF”), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e conseqüentemente as responsabilidades assumidas (Nota 24). Nos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011
Fornecimentos e serviços externos	<u>854.432</u>	<u>847.795</u>

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, os gastos com o pessoal foram como segue:

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
Salários e remunerações	2.796.219	3.055.258	1.491.546	1.469.204
Encargos sobre remunerações	658.719	706.216	325.826	339.158
Outros gastos com o pessoal	498.677	1.146.697	106.722	683.136
	<u>3.953.615</u>	<u>4.908.171</u>	<u>1.924.094</u>	<u>2.491.498</u>

Nos semestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 295 e 318 empregados, respectivamente.

Os outros gastos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 30 de Junho de 2012 e 2011, respeitam, essencialmente, a indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, derivados, essencialmente, do plano de reestruturação já anteriormente implementado.

Em 30 de Junho de 2012, o Grupo tinha na situação de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off) 29 trabalhadores, prosseguindo, no entanto, a actividade normal.

11. GASTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os gastos e proveitos financeiros dos trimestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	20 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
<u>Custos financeiros:</u>				
Juros suportados	1.091.421	1.325.558	534.288	734.621
Outros custos financeiros	135.746	135.915	46.163	71.046
	<u>1.227.167</u>	<u>1.461.473</u>	<u>580.451</u>	<u>805.667</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>				
Juros obtidos	398	338.183	200	337.935
Outros proveitos financeiros	414	24.518	-	24.518
	<u>812</u>	<u>362.701</u>	<u>200</u>	<u>362.453</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>1.226.355</u>	<u>1.098.772</u>	<u>580.251</u>	<u>443.214</u>

12. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 88 do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2012.

Impostos diferidos

Em 30 de Junho de 2012, os passivos por impostos diferidos no montante de 517 529 Euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, foi como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	<u>Prejuízos fiscais reportáveis</u>	<u>Direitos contratuais</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	595.738	609.613
Redução	<u>92.084</u>	<u>92.084</u>
Saldo em 30 Junho de 2012	<u><u>503.654</u></u>	<u><u>517.529</u></u>

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de Junho de 2012.

14. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos fixos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de Junho de 2012

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de Junho de 2012</u>			<u>31 de Dezembro de 2011</u>
	<u>Valor bruto</u>	<u>Perdas de imparidade</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 27)	11.100.629	(8.707.188)	2.393.441	2.454.703
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 27)	3.349.627	(3.349.627)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>
	<u><u>16.115.796</u></u>	<u><u>(12.056.815)</u></u>	<u><u>4.058.981</u></u>	<u><u>4.120.243</u></u>

- (a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho de Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.
- (b) Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).

(Montantes expressos em Euros)

16. EXISTÊNCIAS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	366.002	(33.485)	332.517	655.933	(33.485)	622.448
Produtos e trabalhos em curso	151.236	-	151.236	118.835	-	118.835
	<u>517.238</u>	<u>(33.485)</u>	<u>483.753</u>	<u>774.768</u>	<u>(33.485)</u>	<u>741.283</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012				31 de Dezembro de 2011			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade	Valor líquido
<u>Não correntes:</u>								
Cientes	5.390.253	(715.254)	(1.360.055)	3.314.944	5.390.253	(805.599)	(1.360.055)	3.224.599
<u>Correntes:</u>								
Cientes	16.372.679	-	(8.668.639)	7.704.040	17.638.135	-	(8.670.539)	8.967.596
Total	<u>21.762.932</u>	<u>(715.254)</u>	<u>(10.028.694)</u>	<u>11.018.984</u>	<u>23.028.388</u>	<u>(805.599)</u>	<u>(10.030.594)</u>	<u>12.192.195</u>

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	1.034.864	919.411
<u>Devedores por acréscimos de rendimentos:</u>		
Rappel de fornecedores		59.130
Seguros	13.500	318.648
Retenções na fonte	20.047	49.872
Imposto sobre o valor acrescentado	227.083	374.378
Outros diferimentos	19.883	25.966
Adiantamentos a fornecedores	36.646	35.433
Adiantamentos ao pessoal	84.736	40.553
	<u>1.436.759</u>	<u>1.823.391</u>

(Montantes expressos em Euros)

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
Numerário	3.700	5.999
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>355.367</u>	<u>225.090</u>
Caixa e seus equivalentes	359.067	231.089
Descobertos bancários	<u>(717.053)</u>	<u>(120.658)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>(357.986)</u>	<u>110.431</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

20. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 acções com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gesprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	<u>17.941.538</u>	<u>9,61%</u>
	<u><u>186.696.620</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do activo imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuídas aos accionistas, podendo apenas em determinadas circunstâncias ser utilizadas para futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Acções próprias: Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo detinha 52.513 acções próprias. As acções próprias estão contabilizadas pelo seu valor de aquisição.

21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários (a)	1.700.480	35.621.433	862.392	36.610.985
Outros empréstimos (b)	-	606.198	-	606.198
Descobertos bancários (c)	-	717.398	-	120.658
Factoring (d)	-	4.305.631	-	6.231.019
Letras descontadas (e)	-	1.671.288	-	1.916.597
Cheques pré-datados (f)	-	561.472	-	581.967
	<u>1.700.480</u>	<u>43.483.420</u>	<u>862.392</u>	<u>46.067.424</u>

(a) Em 30 de Junho de 2012 e 2011, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	2011		2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	1.076.352	90.000	-	1.188.852
BCP (ii)	-	2.650.000	-	2.650.000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	-	977.500	-	990.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	-	1.040.625	-	1.502.234
BCP (v)	-	602.500	-	602.500
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vi)	-	102.014	93.007	20.832
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio")	-	244.674	78.605	182.658
BCP (viii)	-	1.021.236	-	1.021.236
BCP (ix)	-	20.240.000	-	20.240.000
BCP (x)	-	4.000.000	-	4.000.000
BCP (xi)	-	19.444	-	116.667
Banco Popular, S.A. ("BP") (xii)	88.829	64.604	106.481	63.307
Banif (xiii)	-	386.682	-	407.125
Banif (xiv)	-	662.832	-	662.832
CGD (xv)	-	1.619.048	-	1.619.048
Banco Efisa (xvi)	535.299	77.000	584.299	52.500
Banif (xvii)	-	1.291.194	-	1.291.194
Banif (xviii)	-	477.000	-	-
Livranças	-	55.080	-	-
	<u>1.700.480</u>	<u>35.621.433</u>	<u>862.392</u>	<u>36.610.985</u>

- (i) Empréstimo correspondente a três linhas conta-corrente caucionada com o BES, com plano de amortização mensal desde Abril de 2012 de 2.500 Euros em cada uma das linhas, no valor de 1.166.352 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 581.352 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 492.500 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 92.500 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4%
- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de Janeiro de 2014 e término em 15 de Outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48, no montante de 35.558 Euros. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e cederam em penhor as acções detidas no

(Montantes expressos em Euros)

capital da Lisgráfica. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Em 8 de Agosto de 2011 foi realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 60 prestações mensais com início em 18 de Setembro de 2011 e término em 18 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª e 12ª prestação os reembolsos serão de 2.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 5.000 Euros, entre a 25ª e 36ª de 10.000 Euros, entre a 37ª e 48ª de 32.500 Euros, entre a 49ª e 56ª de 40.000 Euros e entre a 57ª e 60ª de 20.000 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato (nomeadamente, ter pagas todas as contribuições à Segurança Social e Impostos). Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. O montante em dívida em 30 de Junho de 2012, 977.500 Euros, foi classificado na totalidade como passivo corrente por a Empresa não estar a cumprir os “*covenants*” assumidos em resultado da sua contratação.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O empréstimo é liderado pela CGD (831.250 Euros), e conta com a participação do BCP 1.068.750 Euros e Banif (477.000 Euros) sendo o capital amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 15 de Março de 2011 e 12 de Janeiro de 2012 foram negociadas as parcelas em dívida à CGD e Banif, ficando em dívida o montante de 1.040.625 Euros. Em 30 de Junho de 2012, este montante encontra-se em mora face ao plano de reembolso contratado pelo que foi classificado como passivo corrente. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (v) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O empréstimo é liderado pelo Banif (1.205.000 Euros) e conta com a participação do BCP (602.500 Euros) e do Banco Efisa (602.500 Euros), sendo o capital amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. No primeiro semestre de 2011 foram negociadas as parcelas em dívida ao Banif e Banco Efisa por um prazo de 120 meses e com carência de capital de 36 meses. Em 30 de Junho de 2012, a parcela referente ao BCP, no montante de 602.500 Euros, ainda não se encontra renegociada e vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 30 de Junho de 2012, o montante em dívida ascendia a 102.014 Euros. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%.
- (vii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e, após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em Abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de Julho de 2010 e término em 16 de Junho de 2013. Em 30 de Junho de 2012, o montante em dívida ascendia a 244.674 Euros e vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse

(Montantes expressos em Euros)

período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de Janeiro de 2014 e término em 18 de Março 2018. Em 30 de Junho de 2012 o montante em dívida ascendia a 1.021.236 Euros que se vence a médio e longo prazo. Como garante do integral cumprimento do empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de créditos emergentes do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de Janeiro de 2014 e término em 20 de Dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos accionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, actualmente, respectivamente, de 50,99% e 39,4% das acções representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor financeiro pela Gestprint sobre 72.223.016 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em virtude de os “*covenants*” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (x) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de Dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Como garante do integrante cumprimento deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala; a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco. Em virtude de os “*covenants*” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xi) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 350.000 Euros, amortizável em 18 prestações mensais, no montante de 19.444 Euros com início a 30 de Janeiro de 2011 e término em 30 de Junho 2012. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados,

(Montantes expressos em Euros)

independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.

- (xii) Financiamento concedido pelo Banco Popular, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de Junho de 2010 e término em 25 de Novembro de 2014. Em 30 de Junho de 2012, o montante em dívida ascendia a 153.433 Euros, do qual 88.829 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xiv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de Dezembro de 2010 e término em 23 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xv) Financiamento concedido pela Caixa Geral de Depósitos a partir de 15 de Março de 2011, no montante de 1.619.048 Euros, com carência de capital de 36 meses. Após esse período o empréstimo será amortizável em 14 prestações semestrais com início em 15 de Setembro de 2014. Este financiamento resulta da reestruturação de outros já existentes e vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xvi) Financiamento concedido pelo Banco Efisa, no montante de 647.229 Euros, amortizável em 60 prestações mensais com início em 30 de Setembro de 2011 e término em 30 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª à 12ª prestação os reembolsos mensais serão de 3.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 7.000 Euros e o remanescente será reembolsado em 36 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 30 de Junho de 2012, o montante em dívida ascendia a 612.299 Euros do qual 535.299 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (xvii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 1.291.194 Euros, amortizável em 84 prestações mensais com início em 30 de Agosto de 2014, sendo a última prestação acrescida de 516.478. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xviii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 477.00 Euros, amortizável em 84 prestações mensais, com carência de capital de 3 anos e sendo a prestação final com vencimento a 16 de Janeiro de 2022 acrescida do valor residual de 190.800 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu

(Montantes expressos em Euros)

diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os empréstimos bancários vencem conforme segue:

	31 de Março de 2012
Até 1 ano	35.621.433
A mais de 1 e menos de 2 anos	313.394
A mais de 2 e menos de 5 anos	613.234
A mais de 5 anos	773.852
	<u>37.321.913</u>
	<u>37.321.913</u>
	31 de Dezembro de 2011
Até 1 ano	36.610.985
A mais de 1 e menos de 2 anos	406.066
A mais de 2 e menos de 5 anos	456.326
	<u>37.473.377</u>
	<u>37.473.377</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária, que actualmente é de 341.267 Euros (Nota 28). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre Janeiro e Abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 30 de Junho de 2012, o valor em dívida ascendia a 606.198 Euros do qual 525.372 Euros se encontra em mora.
- (c) Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os descobertos bancários fora facilidades concedidas, essencialmente, pelo BES e BCP, respectivamente, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 561.472 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 30 de Junho de 2012, a Empresa tinha contrata das duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- BPN, com *plafond* de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%;
 - BCP, com *plafond* de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

(Montantes expressos em Euros)

22. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>4.866.152</u>	<u>1.225.406</u>	<u>5.434.618</u>	<u>1.276.074</u>

Em 30 de Junho de 2012, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 11.742.338 Euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 5.650.780 Euros o que perfaz um valor líquido de 6.091.558 Euros. Este montante vence-se como segue:

Até 1 ano	<u>1.225.406</u>
Entre 1 e 2 anos	615.177
Entre 2 e 5 anos	2.528.953
Mais de 5 anos	<u>1.722.022</u>
Total	<u><u>4.866.152</u></u> <u><u>6.091.558</u></u>

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 27), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 7,108% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint, correspondentes a caução e reforço da caução, no montante de 5.650.780 Euros. Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição::

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
Contrato de impressão (a)	2.122.682	2.206.682
Dívidas integradas em planos de pagamentos (b)	2.105.470	2.166.481
	<u>4.228.152</u>	<u>4.373.163</u>

- (a) Este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até Outubro de 2022.

Em 30 de Junho de 2012, o plano de pagamentos é:

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
A mais de 1 e menos de 2 anos	175.832	170.582
A mais de 2 e menos de 5 anos	596.223	578.423
A mais de 5 anos	1.350.627	1.457.676
	<u>2.122.682</u>	<u>2.206.681</u>

- (b) Dívidas à Segurança Social integradas em planos de pagamento.

Em 30 de Junho de 2012, as dívidas integradas em planos de pagamento vencem-se conforme segue:

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
A mais de 1 e menos de 2 anos	550.084	493.693
A mais de 2 e menos de 5 anos	1.232.551	1.232.551
A mais de 5 anos	322.835	440.237
	<u>2.105.470</u>	<u>2.166.481</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se em mora o montante de 449.023 Euros e 214.049 Euros, respectivamente.

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente (a)	11.512.092	2.263.448	11.308.232	2.402.099
Fornecedores, títulos a pagar	464.331		502.637	-
Fornecedores de imobilizado	65.065		82.374	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	660.346		1.456.724	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	45.492		85.492	-
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	564.153		517.613	-
Remunerações a liquidar	1.869.549		1.333.936	-
Juros a liquidar (b)	1.822.061		1.681.532	-
Fornecimentos e serviços externos	388.296		386.462	-
Outros custos e perdas	-		52.498	-
	<u>17.391.385</u>	<u>2.263.448</u>	<u>17.407.500</u>	<u>2.402.099</u>

(a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida para 145.603 Euros. A renda passa a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no projecto imobiliário gerido pela Gespatrimónio/ESAF. Em 30 de Junho de 2012, o montante em dívida nominal ascendia a 3.247.775 Euros, do qual 2.263.448 Euros se vence no médio e longo prazo.

(b) Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui os montantes de 702.943 Euros e 479.523 Euros, respectivamente, a pagar a entidades relacionadas (Nota 27).

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
Adiantamentos de clientes	9.024	5.876
Sector público estatal (a)	3.013.227	1.923.562
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	537.025	503.150
Contrato de impressão (Nota 23)	190.489	160.548
Outros (b)	420.573	160.957
Proveitos diferidos (c)	322.628	427.359
	<u>4.492.966</u>	<u>3.181.452</u>

(a) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendo

(Montantes expressos em Euros)

calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, nos montantes, de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 30). Actualmente, mantém-se em vigor a factura emitida a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e cujo valor de momento são 2.540.548 Euros. O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 30 de Junho de 2012, encontrava-se em mora o montante de 433.044 Euros (214.049 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

Em 30 de Junho de 2012, encontrava-se em mora o montante de 2.558.121 Euros, referente a dívidas fiscais e parafiscais cuja decomposição é a seguinte:

<u>Tributo</u>	<u>30 de Junho de 2012</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	354.038
Retenções de irs/ irc e Imposto de Selo	590.291
Taxa extraordinária	57.788
Taxa social única	<u>1.556.004</u>
Total	<u><u>2.558.121</u></u>

No final do mês de Dezembro de 2011, a Empresa entregou o requerimento de apresentação ao PEC (Procedimento Extrajudicial de Conciliação), requerimento que incluía os montantes do actual PEC e as dívidas existentes em 2011.

Em 23 de Janeiro de 2012, a Empresa foi informada pelo IAPMEI que se deu início ao processo supracitado ao qual foi atribuída a referência 22/22.

(b) Engloba o montante de 65.558 Euros respeitante a entidades relacionadas (Nota 27)

(c) Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	<u>30 de Junho de 2012</u>	<u>31 de Dezembro de 2011</u>
Francisco Batista, Lda	187.500	375.000
Grafedisport, S.A.	88.942	-
Subsidio ao investimento	<u>46.186</u>	<u>52.359</u>
	<u><u>322.628</u></u>	<u><u>427.359</u></u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2012		31 de Dezembro 2011	
	Activos correntes	Passivos não correntes	Activos correntes	Passivos não correntes
Pagamento especial por conta	246.929	-	290.554	-
Imposto o sobre o rendimento estimado	-	25.072	-	167.043
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	353.939	-	173.457
	<u>246.929</u>	<u>379.011</u>	<u>290.554</u>	<u>340.500</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os saldos devedores de IRC respeitam a pagamentos especiais por conta.

27. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 30 de Junho de 2012 e 31 Dezembro de 2011 as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

	30 de Junho de 2012			31 de Dezembro de 2011				
	Saldos			Transacções				
	Outros activos não correntes	Outros activos correntes (Nota 25)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 9)	Custos com o pessoal (Nota 31)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)		
Accionistas:								
Rasográfica (a)	2.540.301	(65.558)	-	301.776	-	-	-	
Gestprint (b)	-	-	702.943	-	-	223.420	-	
Total accionistas	<u>2.540.301</u>	<u>(65.558)</u>	<u>702.943</u>	<u>301.776</u>	<u>-</u>	<u>223.420</u>	<u>-</u>	
Partes relacionadas:								
Conselho de Administração	-	-	-	-	87.413	-	-	
Total partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.413</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total	<u>2.540.301</u>	<u>(65.558)</u>	<u>702.943</u>	<u>301.776</u>	<u>87.413</u>	<u>223.420</u>	<u>-</u>	
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 18)	Credores por locação financeira (Nota 22)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 9)	Custos com o pessoal (Nota 31)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 11)
Accionistas:								
Rasográfica	2.454.703	154.797	-	-	671.328	-	-	195.417
Gestprint	-	-	1.366.542	479.523	-	-	468.104	272.687
Total accionistas	<u>2.454.703</u>	<u>154.797</u>	<u>1.366.542</u>	<u>479.523</u>	<u>671.328</u>	<u>-</u>	<u>468.104</u>	<u>468.104</u>
Partes relacionadas:								
Conselho de Administração	-	-	-	69.041	-	318.442	-	-
Total partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.041</u>	<u>-</u>	<u>318.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.454.703</u>	<u>154.797</u>	<u>1.366.542</u>	<u>548.564</u>	<u>671.328</u>	<u>318.442</u>	<u>468.104</u>	<u>468.104</u>

(a) O montante de 2.605.859 Euros é constituído por:

- 1.260.000 Euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio têm prazo de vencimento a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo;
- 1.280.301 Euros, titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira e do qual 1.133.441 Euros foi registado a médio e longo prazo.

O montante de 301.776 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 9).

(b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão “rotativa 10”, com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo

(Montantes expressos em Euros)

juros à taxa de 7,108% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa em 30 de Junho de 2012 tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 5.650.780 Euros.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anulados no processo de consolidação (Nota 4).

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

Durante os trimestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em acções aos membros do Conselho de Administração.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 4.115.212 Euros e 4.165.505 Euros, respectivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.548	2.540.548
Direcção Geral de Impostos (b)	BCP	1.207.971	1.207.971
IAPMEI (c)	Banif	341.267	341.267
Petrolgal - Petróleos de Portugal, S.A. (d)	BES	8.500	8.500
Fundação Inatel (e)	BCP	-	44.738
Câmara Municipal do Porto (e)	BES	9.606	9.606
Câmara Municipal de Almada (e)	BES	7.320	7.320
Câmara Municipal de Oeiras (e)	BES	-	2.821
Câmara Municipal de Mafra (e)	BES	-	2.734
		<u>4.115.212</u>	<u>4.165.505</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 25).

(b) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004.

(c) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 21).

(d) Garantia prestada no âmbito de acordos comerciais - Fornecedores.

(e) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial – Clientes.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respectivos limites:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2011
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	1.348.756	1.348.756
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	2.692.993	2.692.993
	<u>24.557.558</u>	<u>24.557.558</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

29. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Março de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2011	2º. Trimestre de 2012	2º. Trimestre de 2011
Impostos	88.902	119.571	41.434	30.239
Descontos de pronto pagamento	7.535	9.779	3.307	6.532
Actualização do justo valor (Esaf)	94.840	-	94.840	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	74.224	68.847	74.224	68.847
Outros	35.179	17.878	17.506	7.655
	<u>300.680</u>	<u>216.075</u>	<u>231.311</u>	<u>113.273</u>

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 30 de Junho de 2012 e 2011 foi de 0,0150 e 0,0158, respetivamente.

(Montantes expressos em Euros)

	<u>30 de Junho de 2012</u>	<u>30 de Junho de 2011</u>
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(2.804.195)</u>	<u>(2.952.143)</u>
Número de acções da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de acções próprias	(52.513)	(52.513)
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido do acção básico e diluído (a)	<u>186.644.107</u>	<u>186.644.107</u>
Resultado por acção:		
Básico	(0,0150)	(0,0158)
Diluído	(0,0150)	(0,0158)

(a) Este montante corresponde ao número total de acções da Lisgráfica, deduzido de 52.213 acções próprias.

31. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos trimestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 87.412 Euros e 64.975 Euros, respectivamente.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não há a assinalar qualquer acontecimento relevante.

Queluz de Baixo, 27 de Agosto de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro